

Cuba: um balanço do *Período Especial* (1992-1998)

Paulo Henrique Martinez

O dismantelamento dos regimes socialistas do leste da Europa e a extinção da URSS (1989-1991) induziram ao questionamento do futuro do regime instalado em Cuba desde 1959. Fidel Castro também cairia? Indagava-se. O furacão político do "fim do socialismo" relutou em passar pelo Caribe, reorientando a indagação: quanto tempo mais Cuba resistiria? Sete anos depois, com as conseqüências do desaparecimento dos parceiros comerciais que foram a contrabalança ao embargo econômico movido pelos EUA, a questão adquiriu novo sentido: qual o futuro de Cuba? Restabelecida daquele impacto inicial, com os índices de crescimento da economia começando a subir, caberia interrogar: como Cuba sobreviveu? A busca de respostas para esta pergunta constitui a principal meta deste trabalho, sem as quais não se pode enfrentar o problema, mais importante e atual, sobre as perspectivas deste país no centenário de sua independência política. Aqui reside a importância da compreensão da estratégia de sobrevivência cubana, que lhe permitiu suportar o "duplo bloqueio" e superar o isolamento econômico, comercial, técnico e científico a que o país foi lançado pela nova configuração do cenário internacional.

A percepção de que Cuba deveria enfrentar, sozinha, a nova realidade mundial, contraiu o tempo e o espaço da revolução cubana, empenhada em construir um modelo próprio de sociedade socialista. Em meados da década de 1980, o governo cubano iniciou um processo de *Retificação*, com o objetivo de promover a *desburocratização* da vida econômica, social e política do país. Naquele momento, as preocupações com a qualidade de vida e a eficiência (social, não econômica), exigiam uma correção de rota. A Glasnost/Perestroika, o fim dos regimes da Europa oriental, a extinção da URSS e o enrijecimento do bloqueio econômico norte-americano interromperam este processo, desviando os esforços e recursos humanos, intelectuais e materiais para a travessia do Período Especial. Concebido pelo governo cubano como o tempo necessário para reorganizar o sistema produtivo e de serviços, restabelecer relações econômicas e comerciais, acordos de cooperação internacional, adaptando-se à nova conjuntura mundial, sem abandonar os objetivos da revolução (independência nacional e justiça social), o Período Especial constituiu uma fórmula política para operar a adequação de Cuba aos novos tempos.

Os desafios políticos e ideológicos do presente foram enfrentados pelos dirigentes cubanos através da mobilização de organizações, instituições, intelectuais e militantes que revelaram uma vitalidade e capacidade de ação, auto-reflexão, renovação e adoção de medidas que impediram que as conjunturas difíceis provocassem uma grave crise política em Cuba. Este processo foi acompanhado por um intenso trabalho de propaganda e contrapropaganda ideológica. O V Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC), por exemplo, indicou a resistência ideológica como uma das principais, e das mais urgentes, tarefas para enfrentar a crise econômica. Nestas circunstâncias, incrementou-se um certo culto à personalidade de Fidel Castro, com slogans políticos e patrióticos e imagens na televisão, por exemplo.

A defesa da soberania nacional e das "conquistas da revolução" constituem os pilares que sustentam os argumentos políticos do regime cubano. A primeira é a base sólida, enraizada no pensamento nacionalista, na reflexão crítica do país e no sentimento popular anterior à revolução de 1959, e tem na figura e na obra de José Martí seu expoente máximo. Acoplada à soberania do país está a defesa do socialismo, realizada por um eficiente aparato de propaganda e ação política que assegura e busca dar continuidade aos processos de análises coletivas dos programas governamentais, envolvendo sindicatos, universidades, associações e a população em geral, ratificando a linha política de massas e da democracia participativa, que caracterizou e popularizou a revolução nas décadas de 1960-1970.

O fim da URSS e do bloco soviético circunscreveu a revolução cubana aos seus próprios limites e recursos, reduzindo as potencialidades do país às suas reais dimensões. Desde então, está em cheque o alcance, a importância e o significado da revolução socialista e as perspectivas de sobrevivência frente ao desafio de superar as dificuldades contando, fundamentalmente, com suas próprias forças materiais, intelectuais e morais. Desfeito o mito que envolveu a ilha como uma névoa, Cuba enfrenta o momento do duro confronto com a realidade. Este mito que mobilizou a razão e o coração de várias gerações, diluindo as fronteiras entre o real e o imaginário, entre a realidade e a esperança.

A situação política de Cuba entre o pós-1989 e os tempos recentes, sob as perspectivas externa e interna, pode ser estudada com riqueza em dois temas complementares. As posições de Cuba diante dos processos de integração econômica e a recente visita do papa João Paulo II, em janeiro deste ano, permitem compreender algumas das opções e dos rumos políticos e econômicos escolhidos pelos dirigentes cubanos. A desorganização da economia cubana, o bloqueio econômico norte-americano, os efeitos sociais do *Período Especial*, a questão da democracia política, são

temas igualmente relevantes, porém, não possuem a dimensão totalizadora que temas escolhidos comportam.

I - Cuba frente aos processos de integração econômica

Cuba tem demonstrado disposição, movida por suas necessidades internas, para integrar-se à economia internacional, mesmo sob as regras do momento, pautado pela competitividade. O dilema atual dos dirigentes cubanos reside no equacionamento de evitar um colapso total da economia cubana, sem dismantelar a economia socialista planificada, e participar nos projetos de integração regional latino-americana. Obtida uma fórmula que contemple os interesses políticos do governo e atenda às necessidades econômicas concretas, abre-se o caminho para a realização de um programa que conduza o país à reinserção na comunidade internacional. A manutenção do atual regime político tem sido apresentada como causa determinante do isolamento econômico da ilha. Contudo, esta afirmação possui, predominantemente, um caráter político, ideológico e diplomático, ditada antes pelas relações exteriores EUA-CUBA, do que pela viabilidade das relações empresariais, comerciais e econômicas¹.

A economia nacional retomou os índices de crescimento econômico em 1994, alcançando a cifra de 2,5%, já em 1995. Em 1997, as previsões eram de que o crescimento da economia atingisse entre 4% e 5%. A reestruturação diante da nova realidade internacional, com a reconversão de Cuba ao mercado mundial e latino americano, em particular, parece promissora². A observação do quadro político e econômico contemporâneo, caracterizado pela quebra e retomada das atividades e iniciativas governamentais, permite apontar algumas variáveis que, sem dúvida alguma, estarão presentes na reinserção do país à economia mundial.

O argumento da eficiência econômica colide frontalmente com as "conquistas da revolução". O governo cubano já deixou claro que não pretende trocar ou ceder direitos sociais por investimentos, empréstimos, oportunidades comerciais, apoio político e internacional. Esta postura tem como meta política o repúdio ao "bloqueio" econômico norte-americano, que atrela benefícios econômicos a concessões políticas do regime cubano. A experiência econômica anterior, adquirida com a participação de Cuba no bloco soviético, também realça os riscos de uma economia pequena e extremamente dependente do mercado exterior.

¹ Neste sentido, é esclarecedor a renovação do status da China como parceiro econômico favorecido dos EUA, em junho de 1997.

² Convém lembrar que, nas década de 1970-1980, cerca de um terço do PIB cubano estava composto por aportes de insumos e recursos oriundos da União Soviética.

A reinserção de Cuba na economia internacional requer ainda a adaptação do país às regras e padrões de competitividade dos mercados ocidentais. A estrutura produtiva sempre esteve voltada, fundamentalmente, para a complementação das economias do extinto bloco soviético, ou seja, guarda a marca da obsolescência. Por outro lado, Cuba não tem participação em órgãos internacionais de porte, como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, por pressão norte-americana, e o requisito "democracia" ainda está presente nas cláusulas do Mercosul e da OEA, por exemplo. Outros impecilhos residem na profunda necessidade e dependência de divisas externas, a ausência de instituições de mercado e um pequeno círculo de parceiros comerciais, sendo que grande parcela dos produtos consumidos na ilha provêm do exterior.

O país vive o período de menor isolamento político, pois a aprovação da Lei Helms-Burton pelo congresso norte-americano, unificou a oposição que lhe move a União Européia (quinze países membros) e a alguns países latino-americanos. Há interesse e disposição dos dirigentes cubanos em promover a reintegração do país nos fóruns mundiais. Contudo, não aceitam submeter o país a cláusulas especiais ou atender pré-condições que considerem intervencionistas nos rumos de sua política interna, posicionamentos ideológicos e opções diplomáticas do regime vigente. Existe ressonância e sensibilidade na comunidade internacional para acolher o país.

O estado calamitoso em que se encontra a infra-estrutura do país abre possibilidades e estimula investimentos e parcerias, principalmente nas áreas de transportes e comunicações. Existe uma profunda dependência do comércio exterior. Cuba participa em alguns segmentos do comércio internacional com alguns poucos produtos, como açúcar, pesca, tabaco. Esta produção assegura ao país algumas condições de competitividade mundial. O turismo tem se consolidado enquanto atividade rentável, apresentando desempenho satisfatório e proporcionando um fluxo crescente na entrada de divisas, capitais e investimentos.

O pragmatismo político cubano constitui-se em um importante avalista das ações e medidas voltadas para a reaproximação de Cuba com a América Latina. Ele foi o principal responsável e condutor da rápida adaptação do país ao mundo pós-guerra fria, devendo orientar os passos e as diretrizes de sua reinserção na economia mundial.

A constituição de um espaço econômico planetário requer de seus agentes a mobilização de alguns mecanismos operacionais. Um vigoroso discurso liberal propugna pela eliminação de obstáculos ao comércio mundial, em busca da eficiência econômica. Suas atenções estão voltadas para a dissolução de núcleos regionais consolidados, ou em via de consolidação, que, dotados de um mínimo de autonomia que lhes assegure uma identidade própria, destoem da "uniformidade" do globo. Sentimentos de nacionalismo exacerbado, que podem ser materializados em medidas de

protecionismo econômico, também destacam a relatividade da "globalização" e, portanto, não são vistos com simpatia, nem mesmo com muita tolerância. Toda e qualquer manifestação de individualidade ou especificidade econômica representa uma ameaça à otimização de benefícios e de uma agenda para redução de custos que inclui, entre outras medidas, a reforma do Estado e dos direitos sociais, tornando-se fonte de tensões diplomáticas e políticas. Até mesmo os processos regionais de integração econômica adquirem feições obstaculizadoras, quando observados a partir dos círculos mais abrangentes do comércio mundial. O debate sobre o lugar e o papel desempenhado pelo Mercosul, quando da rodada de negociações da ALCA, em maio de 1997, em Belo Horizonte/Brasil, foi bastante ilustrativo dessas tensões.

É dentro desse quadro mais geral que a situação política e econômica de Cuba deve ser examinada, pois constitui-se em um "entrave" ao processo de integração econômica em andamento na América Latina, um pólo de instabilidade à "eficiência global". Por essa ótica pode-se compreender as sucessivas críticas, condenações e hostilidades ao regime cubano. Torna-se nítida a dimensão e o significado do endurecimento do "bloqueio" econômico norte-americano, as pressões da Espanha, e de seu primeiro-ministro Aznar, por uma "democratização" do regime, a ousadia crescente das ações dos cubanos exilados em Miami e a própria lei Helms-Burton.